

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
REELEIÇÃO E POLÍTICA FISCAL:
UM ESTUDO DOS EFEITOS DA REELEIÇÃO NAS
POLÍTICAS DE GASTOS PÚBLICOS**

FERNANDO BOARATO MENEGUIN

Brasília — DF

2000

Resumo

Desde que aprovado o instituto da reeleição, o assunto nunca mais deixou a mídia. As eleições de 1998, bem como do pleito deste ano reuniram lideranças políticas a favor da supressão da possibilidade de reeleição para os governantes, haja vista o viés favorável aos ocupantes de cargos públicos. Também discute-se muito na atualidade sobre o descontrole fiscal das Unidades Federativas, pois cria obstáculos à manutenção da estabilidade econômica, tanto que foi aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal, conferindo aos governos subnacionais limites severos de endividamento.

Esses dois temas — reeleição e controle do déficit público —, apesar de suma importância, tendem a ser tratados separadamente na literatura existente, embora haja uma potencial interação entre as questões.

O objetivo deste trabalho é promover um estudo que relacione a possibilidade de a reeleição do governante com a situação do déficit público do governo. De fato, se há possibilidade de permanência no poder, essa característica do regime político pode ter um impacto na decisão de gastos e endividamento de um governante, caso queira aumentar sua probabilidade de permanecer no cargo.

A metodologia utilizada firma-se no desenvolvimento de um modelo, tendo como base uma função de utilidade do governo de forma que a satisfação do estado aumenta à medida que pode despende mais. O estudo considera mais de um período de governo, ou seja, é dinâmico. Além disso, considera dois mandatos distintos, embutindo uma variável representativa da probabilidade de permanência no cargo. Assim, pode-se estudar o efeito da reeleição nas decisões de gastos do governante.

Para motivar o estudo teórico, são apresentados dados de alguns estados brasileiros que guardam sintonia com a solução do modelo. Além disso, é desenvolvido estudo econométrico que analisa a dependência da despesa total de determinado estado brasileiro e o fato de ter havido ou não reeleição do governo. Para estimar os coeficientes, foram usadas 27 observações, cada uma representativa de um estado da federação, além do Distrito Federal.

A solução do modelo formal sugere o seguinte resultado: o instituto da reeleição incentiva o governo estadual a não se endividar excessivamente no primeiro mandato e, quanto maiores as chances de se reeleger, mais cauteloso será o governador em sua política fiscal. Tal constatação justifica-se pelo fato de o déficit de hoje gerar um novo custo no período futuro, representado por um acréscimo do serviço da dívida, que será arcado pelo mesmo governante gerador do endividamento.

Em oposição à tendência de extinção da reeleição, o presente trabalho não aponta para o seu fim, pois estar-se-ia extinguindo também as externalidades positivas que esse instituto promove no controle dos gastos governamentais. Em vez de extinguir a reeleição, entende-se que existem melhores alternativas de coibir o uso da "máquina governamental", como a

aprovação de uma legislação eleitoral mais forte ou o afastamento do governante de suas funções alguns meses antes do pleito. Essa conclusão vem a ser a maior contribuição deste trabalho.

Sumário

I. Introdução	1
2. Evidências Empíricas	7
2.1. Rio de Janeiro. Piauí. Rio Grande do Sul. Paraná. Rio Grande do Norte. Minas Gerais. Tocantins	7
2.2. Ceará. Goiás	9
3. Estudo Econométrico	11
4. O Modelo Básico	16
5. Modelos de Deficit Fiscal e Reeleição	18
5.1. Dois exercícios de um mesmo mandato do governador	18
5.2. Dois períodos com reeleição ao término do primeiro	21
6. Modelos de Reeleição e os Tipos de Gastos Governamentais	24
6.1. Evidências empíricas	24
6.2. Um único período com retorno privado	28
6.3. Dois períodos com retorno privado e reeleição	30
7. Conclusão	34
Anexo A — Informações fiscais dos estados	36
Anexo B — Reeleição nos estados	37
Referências Bibliográficas	38

1. Introdução

A impossibilidade de manutenção de um governante no poder por dois mandatos sucessivos foi uma das características mais estáveis do sistema político brasileiro. Essa regra foi mantida mesmo durante o período autoritário que sucedeu o golpe militar de 1964, tendo permanecido na Constituição democrática de 1988. Na história do País, observou-se apenas mudanças na duração dos mandatos, que variou de quatro a seis anos. Contudo, o relativo sucesso do Plano Real no controle da inflação, bem como as profundas mudanças estruturais na economia exigidas para sua manutenção, fizeram surgir a idéia de que quatro anos é um período demasiadamente curto para a execução de um programa de governo consistente. Assim, em 4 de junho de 1997, por meio da Emenda Constitucional nº 16, foi aprovado o instituto da reeleição para Presidente da República, Governadores e Prefeitos.

Em 1998, foram realizadas as primeiras eleições para a Presidência e os Governos Estaduais sob a vigência dessa nova regra. Tal pleito confirmou não somente a reeleição do Presidente, como também foram mantidos no poder vários governadores que concorreram novamente.

Neste ano, o instituto da reeleição será aplicado pela primeira vez em eleições municipais. O conjunto das pesquisas sobre intenção de voto revelam certa tendência de permanência dos atuais prefeitos que disputam o pleito. Tal constatação, aliada As experiências anteriores, reuniu um número razoável de lideranças políticas para discutir sobre a supressão da possibilidade de reeleição para os governantes. Um dos argumentos para essa nova alteração constitucional é a quase impossibilidade de haver um controle do uso da

"máquina governamental" em proveito daqueles que desejam continuar no poder, criando um viés favorável aos ocupantes de cargos públicos'. Além disso, argumenta-se que longos períodos de governo — como os favorecidos pela reeleição — tendem a impulsionar a corrupção, pois aumentam as chances de se formarem grupos destinados a se aproveitar de sua posição na

Esse fenômeno é conhecido em Ciências Políticas, no que diz respeito ao Poder Legislativo, como "Efeito Titular" - Incumbent Effect, Zupan (1991).

administração pública para fins ilegítimos. Uma referência para tal assunto consta do texto de Fiorina (1996).

Outro assunto constantemente discutido na atualidade é o descontrole fiscal das Unidades Federativas, _in' que cria obstáculos à manutenção da estabilidade econômica. Essa preocupação ensejou a aprovação da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, pressupondo aos Entes da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) uma ação planejada e transparente com vistas ao equilíbrio das contas públicas. Desta forma, automaticamente, evidencia-se a questão do controle do déficit público, principalmente para os governos subnacionais que passam a ter limites severos de endividamento.

Esses dois temas - reeleição e controle do déficit público - são de suma importância no contexto nacional, com reflexos significativos na condução da política econômica. Apesar de haver uma potencial interação entre as duas questões, a literatura existente tende a tratá-los separadamente.

Em Werneck (1995), procura-se analisar as dificuldades, por parte da União, na elaboração da política fiscal. De fato, no federalismo brasileiro, um esforço no sentido de aumento da arrecadação do governo federal, em geral implica um maior repasse para os governos estaduais e municipais², por meio das transferências constitucionais obrigatórias (FPE - Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e FPM - Fundo de Participação dos Municípios). Usando um modelo de determinação de gastos do governo estadual, Werneck mostra que o aumento das transferências federais aos estados pode ter como efeito o aumento de seus déficits. Desta maneira, um maior esforço de arrecadação no nível central visando promover um ajuste fiscal pode gerar um incentivo adverso de aumento de gastos nas esferas locais de governo, reduzindo assim a eficácia de qualquer programa de estabilização.

² Basta saber que a União entrega, do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e sobre produtos industrializados, 21,5% ao FPE e 22,5% ao FPM.

Essa falta de responsabilidade fiscal, por parte dos governos locais, com relação ao uso de recursos transferidos pelo governo central é conhecido na literatura como "flypaper effect" (Oates-1999), ou ilusão fiscal.

O problema acima foi novamente estudado em Pires e Bugarin (2000), em que é construído um modelo de teoria dos contratos visando levantar esse "viés deficitário" decorrente da estrutura federalista brasileira. Ao condicionar o repasse de recursos da União para as outras Unidades da Federação a certo desempenho fiscal, o estudo determina um contrato ótimo entre Governo Federal e Estado que reduza o "flypaper effect".

No que diz respeito ao efeito da reeleição sobre o comportamento do governante, existe uma sólida literatura na Área conhecida como "controle eleitoral". Os artigos precursores Barro (1973) e Ferejohn (1986).

Barro utiliza um modelo Principal-Agente com vários períodos em que os eleitores representam o Principal e os governantes, o Agente. No primeiro período, o governante escolhe o nível de gastos destinados à sociedade, impondo uma carga tributária à população, e tende a extrair para si um retorno privado ("political income", segundo Barro)

decorrente de superfaturamento de alguns pagamentos. O retorno privado pressiona a despesa governamental além do nível ótimo desejado pela população. No final de cada período, os eleitores decidem se reelegem ou não o governante. O autor mostra que a reeleição pode ser usada como um instrumento efetivo para reduzir os desvios de recursos destinados ao retorno privado do governante, não havendo necessidade de aumentos de impostos ou substituição de projetos almejados pelo eleitorado por projetos que gerem "political income".

JJtaftesenvolve um modelo Principal-Agente com períodos múltiplos, no qual o desempenho do governante depende de um esforço que lhe é custoso. Além disso, o desempenho depende de uma variável aleatória cuja realização não é observada pelos deitores. Aggim, um desempenho medfacre do goventate rude kef Calk& tiff iniCO esforço de sua parte, por um estado da natureza desfavorável, ou por uma combinação desses dois fatores. Como no modelo de Barro, ao final de cada período, os eleitores decidem se reelegem ou não o governante, com base no desempenho geral observado. O estudo conclui que o instituto da reeleição induz o governante a se esforçar mais para obter uma melhor administração, quando comparado ao caso em que a reeleição não é permitida.

Existe uma clara ligação entre as questões analisadas nas duas categorias dos modelos descritos. De fato, se há possibilidade de permanência no poder, essa característica do regime político pode ter um impacto na decisão de gastos e endividamento de um governante, caso queira aumentar sua probabilidade de permanecer no cargo. No entanto, os modelos de comportamento fiscal apresentados tratam estaticamente um fenômeno essencialmente dinâmico (acumulação de dívida) e, portanto, não permitem análise do efeito da reeleição nas decisões do governante. Por outro lado, os modelos de controle eleitoral tendem a ser bastante genéricos, estudando a possibilidade de continuidade no poder sobre o desempenho geral do chefe do Executivo. Assim, não oferecem uma intuição mais clara sobre a política fiscal adotada na presença da reeleição.

Existe ainda uma terceira classe de modelos, estudada na literatura sob o nome de Political Business Cycle (Rogoff, 1995), que tenta aferir o efeito da reeleição nas políticas governamentais. Essa teoria sugere que o governante nacional aumenta a oferta da moeda em ano eleitoral de forma a conseguir incremento na produção do país e, assim, diminuir o desemprego. Em consequência, os eleitores reagem positivamente nas urnas, desconhecendo que o ato do governo federal gerará inflação, trazendo novos problemas à sociedade. Esta abordagem cabe exclusivamente ao governo nacional, já que trabalha com instrumentos de que os governos estaduais não possuem, como a oferta monetária.

Um refinamento dessa teoria, conhecido como Political Budget Cycle (Rogoff, 1995), está mais próximo dos modelos que serão desenvolvidos neste trabalho; no entanto, obteve-se resultados diferentes. Rogoff focou a permanência do governante como função da carga tributária, das transferências governamentais e das despesas correntes do governo, concluindo que, quando há chances de reeleição, o governante tende a distorcer a política fiscal, cortando tributos, aumentando transferências e promovendo gastos que tenham visibilidade imediata. Tal comportamento do governante, provavelmente, geraria ou agravaria uma situação de déficit fiscal.

4

O oVje\:\No dt\$,!\6, rcvsc\01,V6. k.1XX\ k\OW t'Al3.(10 (kllt celaciocle, a içoossiliciade de reeleição do governante com a situação do déficit público do governo. O modelo aqui desenvolvido, tendo como base Werneck (1995), leva em consideração mais de um período de governo, ou seja, é dinâmico. Além disso, considera dois mandatos distintos, embutindo uma variável representativa da probabilidade de permanência no cargo. Desta forma, pode-

se estudar o efeito da reeleição nas decisões de gastos do governante. A solução do modelo sugere o seguinte resultado: o instituto da reeleição incentiva o governo estadual a não se endividar excessivamente no primeiro mandato e, quanto maiores as chances de se reeleger, mais cauteloso será o governador em sua política fiscal. Tal resultado torna-se mais interessante por ser oposto às conclusões advindas dos modelos de Political Budget Cycle, pois, enquanto nosso estudo defende o instituto da reeleição como uma forma de contenção de gastos, Rogoff infere que os ciclos políticos, nos quais é permitida a perpetuação do mesmo governante, incentivam distorções fiscais que interferem negativamente no resultado das contas públicas.

O tema aqui introduzido encontra-se dividido como se segue.

O capítulo 2 expõe algumas evidências empíricas que servirão de motivação para o modelo desenvolvido posteriormente. Serão apresentados dados fiscais de estados brasileiros que sugerem o comportamento descrito acima.

O capítulo 3 é dedicado ao desenvolvimento de um modelo econométrico que mostra a significância do fator reeleição na formação do gasto público.

No capítulo 4, encontra-se uma breve resenha do modelo de Werneck (1995), que contém os alicerces do estudo ora proposto.

O capítulo 5 traz o desenvolvimento de modelos formais. Inicialmente, promove-se a maximização da função de bem-estar social do governo, expandida para dois exercícios do mandato do governador. Em seguida, trabalha-se a função objetivo do governo considerando dois períodos do mesmo governante em mandatos diferentes, havendo possibilidade de reeleição.

O capítulo 6 apresenta um estudo mais detalhado do caso do Governo do Distrito Federal (GDF), para o qual foram obtidos dados mais completos. A análise específica dessa 5ª unidade da federação, sugere que a possibilidade de reeleição não influi somente o nível total de gastos, mas também gera alterações nas diferentes categorias dos gastos. Caso o governante tenha chances de se reeleger, deverá privilegiar despesas que geram votos. Em oposição, caso o instituto da reeleição não seja permitido, o governador deverá privilegiar despesas que geram retorno privado, conforme Barro (1973). Assim, este capítulo traz evidências empíricas desse comportamento no caso do DF, bem como o desenvolvimento de modelo ampliado cuja solução envolve o comportamento observado.

Por fim, as conclusões e últimas considerações da dissertação encontram-se no capítulo 7, esperando assim contribuir para o debate acerca da reeleição, sob a ótica da política fiscal, com argumentos sustentados tanto em evidências empíricas quanto em modelos formais.

6

2. Evidências Empíricas

Neste capítulo, serão apresentados alguns dados de unidades da federação que motivaram o desenvolvimento dos modelos no capítulo 5 da dissertação.

Como será visto adiante, a expectativa de o governante continuar ou não no poder pode fazer com que ele tenha mais ou menos incentivos a expandir a despesa pública antes de cada eleição. Assim, a possibilidade de reeleição pode alterar o comportamento estratégico dos chefes do executivo em relação aos gastos governamentais.

Tal afirmação pode ser retratada no seguinte raciocínio: caso determinado governante não tenha a possibilidade de se reeleger, ele tentará maximizar a utilidade do governo naquele mandato sem se preocupar com os efeitos de sua política. Assim, o benefício do déficit será maior, haja vista ser outra pessoa encarregada de arcar com os serviços da dívida no futuro. Por outro lado, se o governante tem a chance de se reeleger, provavelmente será mais

cauteloso em sua política fiscal, evitando ter gastos excessivamente elevados, pois pode ocorrer de ele mesmo ter que arcar com parte do ônus do endividamento.

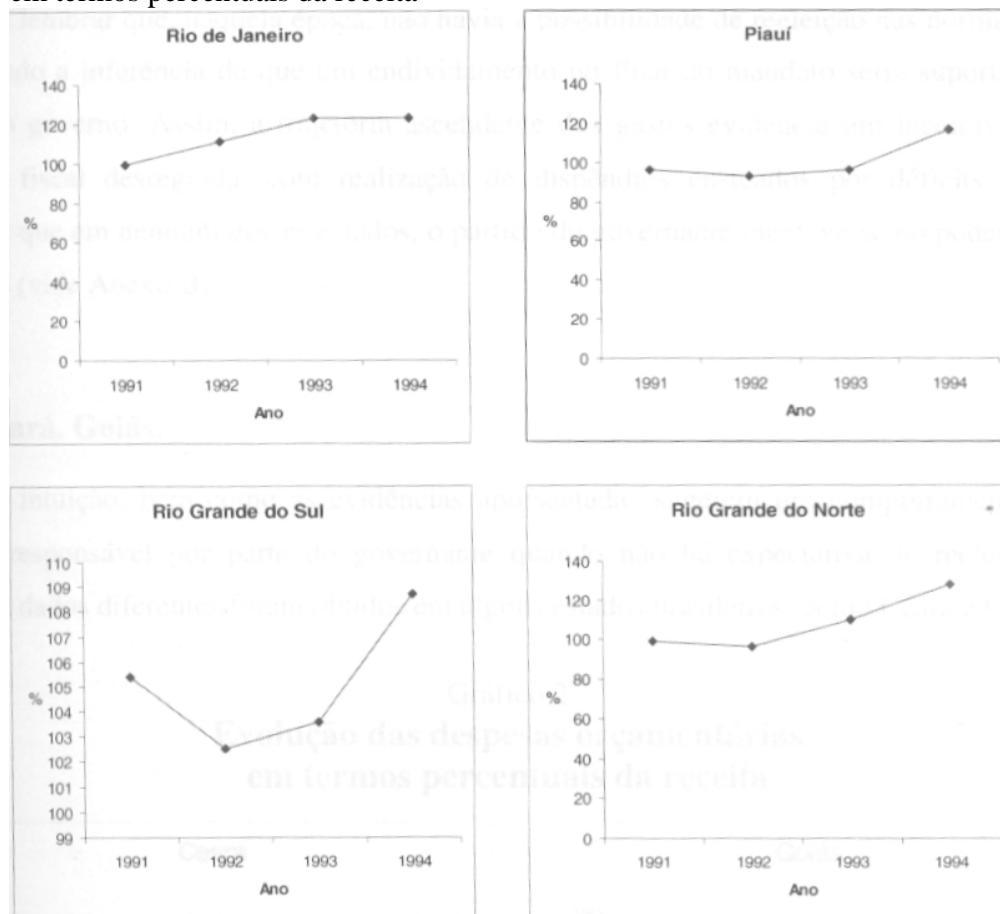
Os dados da evolução das despesas dos estados, em termos percentuais da receita, em 1991, 1992, 1993 e 1994, são os seguintes: Rio de Janeiro: 100, 112, 125, 125; Piauí: 95, 92, 95, 115; Rio Grande do Sul: 105, 102, 103, 109; Rio Grande do Norte: 100, 95, 110, 130.

2.1. Rio de Janeiro. Piauí. Rio Grande do Sul. Rio Grande do Norte. Minas Gerais. Tocantins.

No intuito de não distorcer os dados das despesas por causa de oscilações na capacidade do governo de obter receitas, será feita a análise dos dispêndios em termos percentuais dos ingressos de recursos. Os gráficos a seguir espelham a evolução do gasto total dos estados em epígrafe.

7

Gráfico
Evolução das despesas orçamentárias em termos percentuais da receita



RIO Grande do Norte

140 120 100

% 83

so

40

20

*

1991 1992 1993 1994

Ano

40

20

o

• --

140

120

100

so

60 40 20

Rio de Janeiro

•

1991 1992 1993 1994

Ano

140

120

100

Piaui

-

1991 1992 1993 1994

Ano

Rio Grande do Sul

-

1991 1992 1993 1994

Ano

110 109 108 107 106

% 105

104 -1

103

102

101 100 99

Tocantins



Minas Gerais

120 160

140 120 100

% en

so -1



do Instituto Nacional de Estatística

40 -

so .

20

0 i

1991 1992 1993 1994

Mo

1991 1992 1993 1994

L _

0,,,

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional / Ministério da Fazenda.

115 -

110

0,105 I 100

96 *1

8

O período em análise, 1991 a 1994, corresponde exatamente a um mandato de governo dos estados brasileiros. Note que a trajetória revela um comportamento ascendente das despesas, atingindo, na maior parte dos casos, o ápice no exercício de 1994, ano eleitoral. Deve-se lembrar que, naquela época, não havia a possibilidade de reeleição nas normas legais, permitindo a inferência de que um endividamento no final do mandato seria suportado pelo próximo governo. Assim, a trajetória ascendente dos gastos evidencia um incentivo a uma política fiscal desregrada, com realização de dispêndios custeados por déficits. Importa destacar que em nenhum desses estados, o partido do governante manteve-se no poder após as eleições (vide Anexo B).

2.2. Ceará. Goiás.

A mimimic*, bem como as evidências apresentadas sugerem um comportamento fiscal menos responsável por parte do governante quando não há expectativa de reeleição. No entanto, dados diferentes foram obtidos em alguns estados brasileiros, como Ceará e Goiás.

Gráfico 2

Evolução das despesas orçamentárias em termos percentuais da receita

1c.,

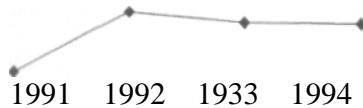
95

0,0

90

85 1-

Ceara Goiás



Ano

150

100 I *--•

50 i

0 I

1991 1992 1993 1994

Aio

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional / Ministério da Fazenda.

Nota: Os percentuais representam a relação entre a despesa e a receita orçamentária.

Nesses dois Estados, apesar de no período analisado não haver possibilidade de reeleição,

além de não se encontrar um padrão de crescimento nas despesas, o gasto retrocedeu no ano eleitoral. Tem-se a seguinte explicação para tal fato.

9

Pode-se pensar que o governador da época não estava apto a concorrer às eleições novamente, mas algum correligionário de seu partido poderia ser um candidato forte. Nesse caso, é possível visualizar tal situação como uma espécie de reeleição, já que o mesmo partido continuaria no poder. Consultando o Anexo B, vê-se que esta expectativa se confirma, pois, em relação ao Ceará, o Governador Ciro Gomes (1991/1994) foi sucedido pelo Governador Tasso Jereissati (1995/1998), ambos do PSDB. No caso do Estado de Goiás, o Governador Iris Resende (1991/1994) passou o cargo para o Governador Maguito Vilela (1995/1998), todos os dois representantes do PMDB.

No momento presente não existem informações disponíveis acerca das despesas orçamentárias do exercício de 1998, em que o instituto da reeleição passava a vigorar efetivamente. No entanto, os dados sugerem que a perspectiva de permanência do partido do governante no poder tem um efeito fundamental sobre a decisão de gastos dos mesmos. Essa evidência empírica será tratada econometricamente no próximo capítulo, usando-se dados de todos os estados brasileiros.

10

3. Estudo Econométrico

Nos exemplos apresentados no capítulo 2, levantou-se a hipótese de que os gastos totais do estado devem se expandir se não houver chances de reeleição e se contrair caso o governador possa se manter no cargo. Neste capítulo, pretende-se montar um modelo econométrico que analise a dependência da despesa total de determinado estado brasileiro e o fato de ter havido ou não reeleição do governo.

A idéia é uma regressão em que se estude o grau de associação linear entre os dispêndios realizados pelo governo em ano eleitoral e o fato de o citado governo ter permanecido no poder ou tê-lo perdido. Nesse sentido, optou-se pelo exercício de 1994 por ter sido o ano mais recente para o qual havia dados disponíveis.

O fato de ter havido reeleição será representado no modelo por uma variável dummy, de forma que assumirá o valor 0 se o partido não tiver conseguido se perpetuar no poder e valor 1 caso o partido tenha obtido sucesso no pleito. Frise-se que foi considerado reeleição a permanência do mesmo partido ou coligação no governo. O Anexo B expõe os dados obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

Espera-se que o coeficiente da variável representativa da reeleição seja negativo indicando que o governador, ao perceber uma probabilidade alta de continuar no cargo, preocupou-se mais com os gastos excessivos e promoveu uma contenção nas despesas.

Note que, no modelo, a variável dummy está sendo usada como uma aproximação para a expectativa do governador em ser reeleito. Uma crítica a essa abordagem consiste no fato de o político não saber, no momento em que toma as decisões de gasto, se será reeleito ou não. Para justificar a simplificação metodológica usada, pode-se considerar que o político tem acesso, anteriormente ao pleito, às pesquisas de opinião, que refletem com elevada precisão o comportamento futuro dos eleitores. Uma perspectiva mais radical, envolvendo a teoria das Expectativas Racionais, sugere que o governante firma expectativas sobre sua reeleição que, na média, são satisfeitas.

11

Na intenção de aumentar o poder explicativo do modelo, acrescentaram-se mais duas variáveis independentes: a receita orçamentária total do estado e o estoque de sua dívida consolidada.

bastante razoável presumir que os gastos crescerão à medida que a fonte de recursos aumente, por isso pensou-se na receita orçamentária como variável explicativa. Espera-se, assim, que o coeficiente estimado da variável receita orçamentária seja positivo.

A inclusão de um regressor representando o estoque da dívida consolidada do estado partiu do raciocínio de que os governadores terão mais dificuldades em obter créditos para realização dos dispêndios públicos à proporção que sua dívida aumente, pois o risco do estado seria maior. Assim, espera-se uma relação negativa entre o gasto governamental e a dívida do ente da federação.

Por fim, trabalhou-se com o logaritmo natural de todas as variáveis, exceto a dummy, no intuito de facilitar a obtenção das elasticidades.

Desta forma, o modelo de regressão utilizado foi o seguinte:

$$\ln(DTOT_i) = 130 + [31.REE; + i32.1\ln(RTOT1) + [33.1\ln(DIV1) + Li;$$

Onde:

DTOT: despesa orçamentária total;

REE: variável dummy (1 -houve reeleição do partido, 0-não houve reeleição); RTOT: receita orçamentária total;

DIV: dívida consolidada líquida.

Para estimar os coeficientes do modelo anterior, foram usadas 27 observações, cada uma representativa de um estado da federação, além do Distrito Federal. Todos os valores encontram-se no Anexo A.

Usando-se o software MICROFIT 4.0, obteve-se os dados constantes da página seguinte.

12

ste**SIMglrfi"

Os testes de diagnóstico indicam que os resíduos se distribuem normalmente e que não houve problema de auto-correlação. O coeficiente R² ajustado foi cotado em 0,994, indicando que 99,4% das variações na despesa são explicadas pelas variáveis independentes, o que é uma faixa altamente satisfatória. No entanto, apresentou-se heterocedasticidade, não se podendo confiar nos testes t e F, ou seja, não se pode confiar na significância dos coeficientes.

O próprio MICROFIT, utilizando o método dos mínimos quadrados generalizados, por meio dos estimadores de White, corrige tal falha. Assim, as novas estimativas de variância foram:

13

Ordinary Least Squares Estimation

Dependent variable is LDTOT		*****	
27 observations used for estimation from 1 to 27		*****	

Regressor	Coefficient	Standard Error	T-Ratio[Prob]
CONST	.63471	.20341	3.1204[005]
REE	-.056951	.039262	-1.4505[160]
1_RTOT	.92489	.028589	32.3506[000]
1.DIV	.039704	.024883	1.5956[124]
" *****			
R-Squared	.99511	R-Bar-Squared	.99448
S.E. of Regression	.080836	F-stat. F(3, 23)	1561.8[000]
Mean of Dependent Variable	S.D. of Dependent Variable		

14.2507 Residual Sum of Squares	1.0878
.15029 Akaike Info. Criterion	Equation Log-likelihood
27.7673	31.7673
DW-statistic 1.8217	Schwarz Bayesian Criterion
	25.1756

***** ,:zit*****

A

Contudo, conforme discussão constante de Davidson e Mackinnon (1993), as estimativas de variância obtidas a partir do estimador de White são viesadas. Uma solução para tal problema consiste no método de correção de Hinkley, em que se multiplica as variâncias estimadas por um fator $n/(n-p)$, onde n corresponde ao número de observações e p , ao número de variáveis explicativas. No presente caso, esse fator resulta em 1,17, o que alterará pouco as variâncias, não chegando a comprometer as estimativas. O quadro abaixo apresenta as novas estatísticas t.

Variável	Coefficiente	Erro Padrão Ajustado	Estatística t
CONST	0,6347	0,2190	2,8979
REE	-0,0570	0,0357	-1,5944
LRTOT	0,9249	0,0244	37,9157
LDIV	0,0397	0,0232	1,7114

Desta forma, pode-se afirmar que os coeficientes (excetuando-se o intercepto CONST) são estatisticamente significantes. Utilizando-se os valores encontrados, o modelo permite ser reescrito como:

$$\ln(DTOT) = 0,634 - 0,056.REE1 + 0,924.\ln(RTOT) + 0,039.\ln(DIV)$$

Ordinary Least Squares Estimation

Based on White's Heteroscedasticity adjusted S.E.'s

***** *

Dependent variable is LDTOT

27 observations used for estimation from 1 to 27

Regressor	Coefficient	Standard Error	T-Ratio[Prob]
CONST	.63471	.20215	3.1398[.005]
REE	-.056951	.032967	-1.7275[.097]
LRTOT	.92489	.022514	41.0798[.000]
LDIV	.039704	.021412	1.8542[.0771]

*****_

14

Nota-se que os coeficientes estimados, excetuando-se o do estoque da dívida, estão de acordo com a intuição. A despesa cresce 0,92% em função de uma variação positiva de 1% na receita orçamentária, demonstrando uma elasticidade praticamente unitária. Apesar de o modelo econométrico ter mostrado uma relação positiva entre os gastos e a dívida consolidada líquida, a elasticidade apresentada foi muito pequena, 0,03, ou seja, para um aumento de 1% no estoque da dívida, os gastos aumentam 0,03%. Provavelmente, esse incremento nos dispêndios deve ter origem no aumento dos serviços da dívida (pagamento de juros).

Por fim, o coeficiente da variável dummy representativa da reeleição foi estatisticamente significativo e negativo, indicando que a média de gastos foi menor nos casos em que reeleição se concretizou. Esse resultado confirma a hipótese de que o instituto de reeleição cria incentivos para os estados gastarem menos.

Nos tópicos seguintes, serão desenvolvidos os modelos formais que apresentam uma justificativa teórica para o resultado econométrico.

15

4. O Modelo Básico

Para a presente monografia, o principal interesse no trabalho de Werneck (1995) consiste num modelo para aferir o impacto do ajuste fiscal nos governos subnacionais (estados e municípios). A seguir será descrito tal modelo.

A idéia de Werneck vislumbra uma forma de calcular o déficit fiscal ótimo dos estados da federação. Para tanto, propõe uma função de utilidade do governo baseada no montante das despesas agregadas do ente estatal, de forma que a satisfação do estado aumenta à medida que pode despendar mais. Assim, tem-se as seguintes relações:

$U = U(G_e) \quad G_e = D_e - T_e$	(1)
	(2)

onde G_e é a despesa agregada do estado, D_e representa o déficit fiscal, T_e a receita total estadual, B_e a dívida interna e r_e a taxa de juros paga sobre essa dívida.

Por sua vez, r_e é definido como a taxa de juros (re) paga pela União sobre seus próprios empréstimos acrescida de uma taxa extra (r) que representaria um risco maior inerente ao estado, sendo que esse acréscimo é função crescente do déficit estadual e decrescente da relação receita/divida. Algebricamente:

$$r_e = r + r(D_e, T_e) \quad (3)$$

Conclui-se que, à proporção que o déficit estadual cresce, a unidade da federação terá que pagar um maior serviço da dívida, o que diminui o montante disponível de recursos para gastos. Desta forma, o governo terá de se controlar fiscalmente para garantir um nível de déficit D_e que maximize suas despesas G_e .

O problema de maximização do estado de forma a escolher o déficit fiscal que gere a maior despesa agregada possível pode ser desenhado da seguinte maneira:

16

$$\begin{aligned} \text{Max } U &= U(G_e) \quad \text{r.a.} \\ &= D_e - B_e - r_e D_e + T_e \\ r_e &= r + r(D_e, T_e) \end{aligned}$$

B

Substituindo as restrições na função objetivo, ou seja, as equações (2) e (3) em (1), obtém-se:

$$\text{Max } U(D_e - B_e - r_e D_e + T_e)$$

Resolvendo a maximização em D_e , a condição de primeira ordem (CPO) toma a seguinte forma:

$$U'(D_e - B_e - r_e D_e + T_e) - B_e - r_e D_e + T_e = 0 \quad (4)$$

Cabe lembrar que cada estado tem uma função de bem-estar social U estritamente crescente em seu nível de gastos G_e , isto é:

ou

>0

ace

Sendo assim, a equação (4) se resume a:

ar(D ,=")

B. .

e ape

Essa relação foi analisada por Pires e Bugarin (2000), cuja interpretação econômica implica uma igualdade entre custo marginal e ganho marginal, já que o lado esquerdo representa o custo adicional com o aumento de uma unidade do déficit D, (custo extra com pagamento do serviço da dívida sobre o estoque Be devido ao aumento dos juros re) e o lado direito, o ganho adicional com o aumento de uma unidade da dívida. Enquanto o ganho marginal exceder o custo marginal, o estado terá incentivos a aumentar sua dívida.

kr(D, —Te)+ Te)

=1	(5)
----	-----

17

Os testes de diagnóstico indicam que os resíduos se distribuem normalmente e que não houve problema de auto-correlação. O coeficiente R2 ajustado foi cotado em 0,994, indicando que 99,4% das variações na despesa são explicadas pelas variáveis independentes, o que é uma faixa altamente satisfatória. No entanto, apresentou-se heterocedasticidade, não se podendo confiar nos testes t e F, ou seja, não se pode confiar na significância dos coeficientes.

O próprio MICROFIT, utilizando o método dos mínimos quadrados generalizados, por meio dos estimadores de White, corrige tal falha. Assim, as novas estimativas de variância foram:

Ordinary Least Squares Estimation

***** , • * **** • *****

Dependent variable is LDTOT

27 observations used for estimation from 1 to 27		*****	

Regressor	Coefficient	Standard Error	T-Ratio
CONST	.63471	.20341	3.12041
REE	-.056951	.039262	-1.45051
LRTOT	.92489	.028589	32.35061
LDIV	.039704	.024883	1.59561
*****		*****•%*	
R-Squared	.995	*	
S.E. of Regression	.080836	R-Bar-Squared	.99448
Mean of Dependent Variable	14.2507	F-stat. F(3, 23)	1561.81
Residual Sum of Squares	1.15029	S.D. of Dependent Variable	1.0878
Akaike Info. Criterion	27.7673	Equation Log-likelihood	3 1.7673
DW-statistic	1.8217	Schwarz Bayesian Criterion	25.1756
*****X*	***	*****	

13

Contudo, conforme discussão constante de Davidson e Mackinnon (1993), as estimativas de variância obtidas a partir do estimador de White são viesadas. Uma solução para tal problema consiste no método de correção de Hinkley, em que se multiplica as variâncias estimadas por um fator n/(n-p), onde n corresponde ao número de observações e p, au

número de variáveis explicativas. No presente caso, esse fator resulta em 1.17, o que alterará pouco as variâncias, não chegando a comprometer as estimativas. O quadro abaixo apresenta as novas estatísticas t.

Variável	Coefficiente	Erro Padrão Ajustado	Estatística t
CONST	0.6347	0,2190	2,8979
REE	-0,0570	0,0357	-1,5944
LRTOT	0,9249	0,0244	37,9157
LDIV	0,0397	0,0232	1,7114

Desta forma, pode-se afirmar que os coeficientes (excetuando-se o intercepto CONST) são estatisticamente significantes. Utilizando-se os valores encontrados, o modelo permite ser reescrito como:

Ordinary Least Squares Estimation

Based on White's Heteroscedasticity adjusted S.E.'s

Dependent variable is LDTOT

27 observations used for estimation from 1 to 27

Regressor	Coefficient	Standard Error	T-Ratio[Prob]
CONST	.63471	.20215	3.1398[.0051]
REE	-.056951	.032967	-1.7275[.097]
LRTOT	.92489	.022514	41.0798[.0001]
LDIV	.039704	.021412	1.8544077.j

In DTOT = 0,634 - 0.056.REE; + 0,924.ln(RTOT1) +0,039.ln(DIN/)

14

Nota-se que os coeficientes estimados, excetuando-se o do estoque da dívida, estão de acordo com a intuição. A despesa cresce 0,92% em função de uma variação positiva de 1% na receita orgamentária, demonstrando uma elasticidade praticamente unitária. Apesar de o modelo econométrico ter mostrado uma relação positiva entre os gastos e a dívida consolidada líquida, a elasticidade apresentada foi muito pequena, 0,03, ou seja, para um aumento de 1% no estoque da dívida, os gastos aumentam 0,03%. Provavelmente, esse incremento nos dispêndios deve ter origem no aumento dos serviços da dívida (pagamento de juros).

Por fim, o coeficiente da variável dummy representativa da reeleição foi estatisticamente Sig,n Ran te e negativo, indicando que a média de gastos foi menor nos casos em que reeleição se concretizou. Esse resultado confirma a hipótese de que o instituto de reeleição cria incentivos para os estados gastarem menos.

Nos tópicos seguintes, serão desenvolvidos os modelos formais que apresentam uma justificativa teórica para o resultado econométrico.

4. O Modelo Básico

Para a presente monografia, o prihncipar figeresse no rraddiffc cre-f fferrec consiste num modelo para Merit o impacto oaluste Viscal nos governos subnacionais çeskac'os e municípios). A seguir será descrito tal modelo.

A idéia de Werneck vislumbra uma forma de calcular o déficit fiscal ótimo dos estados da federação. Para tanto, propõe uma função de utilidade do governo baseada no montante das

despesas agregadas do ente estatal, de forma que a satisfação do estado aumenta à medida que pode despende mais. Assim, tem-se as seguintes relações:

$$U = U(G, D) \quad (1)$$

$$G_e = D_e - T_e + r_e B_e \quad (2)$$

onde G_e é a despesa agregada do estado, D_e representa o déficit fiscal, T_e a receita total estadual, B_e a dívida interna e r_e a taxa de juros paga sobre essa dívida.

Por sua vez, r_e é definido como a taxa de juros (re) paga pela União sobre seus próprios empréstimos acrescida de uma taxa extra (r) que representaria um risco maior inerente ao estado, sendo que esse acréscimo é função crescente do déficit estadual e decrescente da relação receita/dívida. Algebricamente:

$$r = r(D_e, T_e)$$

$$B_e \quad (3)$$

Conclui-se que, à proporção que o déficit estadual cresce, a unidade da federação terá que pagar um maior serviço da dívida, o que diminui o montante disponível de recursos para gastos. Desta forma, o governo terá de se controlar fiscalmente para garantir um nível de déficit D_e que maximize suas despesas G_e .

O problema de maximização do estado de forma a escolher o déficit fiscal que gere a maior despesa agregada possível pode ser desenhado da seguinte maneira:

16

$$\max U = U(G_e)$$

r.a.

$$G_e = D_e - T_e + r_e B_e$$

$$r_e = r(D_e, T_e)$$

$$B_e$$

B

Substituindo as restrições na função objetivo, ou seja, as equações (2) e (3) em (1), obtém-se:

$$\max U(D_e, B_e, r_e) = U(D_e - T_e + r_e B_e)$$

Resolvendo a maximização em D_e , a condição de primeira ordem (CPO) toma a seguinte forma:

$$(1 - B_e) r'(D_e, T_e) + T_e' = 0 \quad (4)$$

e

ac ap

Cabe lembrar que cada estado tem uma função de bem-estar social U estritamente crescente em seu nível de gastos G_e , isto é:

$$\frac{\partial U}{\partial G_e} > 0$$

Sendo assim, a equação (4) se resume a:

$\frac{\partial U}{\partial G_e} = 1$	(5)
---------------------------------------	-----

Essa relação foi analisada por Pires e Bugarin (2000), cuja interpretação econômica implica uma igualdade entre custo marginal e ganho marginal, já que o lado esquerdo representa o custo adicional com o aumento de uma unidade do déficit D_e (custo extra com pagamento do serviço da dívida sobre o estoque B_e devido ao aumento dos juros r_e) e o lado direito, o ganho adicional com o aumento de uma unidade da dívida. Enquanto o ganho marginal exceder o custo marginal, o estado terá incentivos a aumentar sua dívida.

5. Modelos de Deficit Fiscal e Reeleição

Tendo por base o disposto no capitulo anterior, passar-se-á a montar modelos formais que justifiquem as hipóteses levantadas na apresentação das evidências empíricas. Para facilitar a compreensão do estudo, fez-se a divisão em dois casos, explicados a seguir.

5.1. Dois exercícios de um mesmo mandato do governador

Nesta situação, a satisfação do estado, refletida na pessoa de seu governante, é a soma das utilidades advindas da despesa agregada de dois exercícios. Considerando que os índices 1 e 2 representam os dois períodos em análise e representando um fator de desconto intertemporal por $\beta \in (0,1)$, pode-se esquematizar o novo problema de maximização do governo como:

$$\text{Max } U(G_1) + \beta U(G_2)$$

$$D_1, D_2$$

r.a.

$$G_1 = Y_1 - r_1 B_1 + T_1$$

$$G_2 = Y_2 - r_2 B_2 + T_2$$

$$B_1$$

$$r_1 = r_2 = r$$

$$B_1$$

$$+ D_1$$

Lembrando que G é a despesa agregada do estado, D representa o déficit fiscal, T a receita total estadual, B a dívida interna, r a taxa de juros paga sobre essa dívida, r_u a taxa de juros paga pela União sobre seus próprios empréstimos e r_e uma taxa extra representativa do risco maior inerente ao estado. Tanto a receita total estadual quanto a taxa de juros paga pela União foram consideradas constantes nos dois períodos.

Substituindo todas as restrições na função objetivo da maximização acima, o problema inicial é equivalente a:

18

$$\text{Max } U(D_1, B_1, r_1(D_1, T_1) + T_1) + \beta U(D_2, B_2, r_2(D_2, T_2) + T_2)$$

$$(D_1, B_1, r_1(D_1, T_1) + T_1)$$

$$(D_2, B_2, r_2(D_2, T_2) + T_2)$$

$$B_1, B_2, r_1, r_2, T_1, T_2, D_1, D_2$$

Resolvendo a maximização, as condições de primeira ordem são:

	$(D_1, B_1, r_1(D_1, T_1) + T_1)$
•	$U'(G_1) = \lambda_1$
	$\lambda_1 = \beta \lambda_2$

ar

$$-r_1 + r_1(D_1, r_1(D_1, T_1) + T_1) +$$

$$D_1)$$

$$= \lambda_1 (T_1 + D_1) - \lambda_2 (B_1 + D_1)$$

u—

$$B_1,$$

$$+ \lambda_1 (T_1 + D_1)$$

$$= \lambda_1 (6)$$

•	$(G_1, D_1, B_1, r_1(D_1, T_1) + T_1)$	(7)
	$-(B_1 + D_1) - (D_1, r_1(D_1, T_1) + T_1) = 0$	
	$D_1, r_1(D_1, T_1) + T_1$	

Da equação (6), chega-se à condição a seguir:

$$r \frac{T}{B_1} (D_1, \dots) = I - \delta \cdot f U'(G_2) \backslash$$

$$I_5 \frac{T}{B_1} U'(G_1)$$

$$T \text{ ar}$$

$$T$$

$$\cdot (D_2, \dots)$$

$$I \quad T \quad B_2$$

$$-$$

$$32 a$$

$$B_2$$

$$(8)$$

Importa lembrar que a expressão da esquerda retrata o custo marginal de o governo se endividar no seu primeiro período, enquanto a expressão da direita reflete o ganho adicional com o aumento de uma unidade da dívida, também no primeiro período.

ar ,, ..., T , ,,

Ao analisar o benefício marginal (lado direito), tem-se que a variação $k L', , --) c$

a T - B

u — ,

B2

negativa, pois a taxa r representativa do risco de cada estado diminui com o aumento da

19

77			
	solvência — T Assim, o termo B,	T ar B T (D- B2 (D, —) 2 a B,	é positivo. Aliado ao fato de a

função de bem-estar social U ser crescente em seu nível de gastos, ou seja, $U'(G_i) > 0$, $i=1,2$,

pode-se afirmar que o lado direito da expressão (8) resulta num valor inferior à unidade, o que permite concluir que o ganho marginal, nesta situação, é menor quando comparado ao modelo inicial de Werneck em que se considerava apenas um período e o ganho marginal era igual a um (capítulo 4). A inferência desse resultado é o fato de o benefício marginal de uma política fiscal deficitária ser menor quando se leva em consideração a permanência do mesmo governo no exercício seguinte.

Tal constatação é bastante razoável, pois o déficit de hoje gera um novo custo no período futuro, representado por um acréscimo do serviço da dívida, que será arcado pelo mesmo governante gerador do endividamento.

Com relação à segunda CPO, equação (7), de modo similar ao problema descrito no Capítulo 4, ou seja, considerando $W(G_2) > 0$ e sabendo que $(5 E (0,1))$, chega-se à seguinte condição:

at- B, (D,T—) = 1	(9)
----------------------	-----

- ap, - B2

A explicação para a equação (9) ser análoga ao problema do Werneck reside novamente no fato de o segundo exercício ser o último neste modelo de dois períodos, ou seja, equivale a um mandato de apenas um ano. Isso acontece porque, em ambas as hipóteses, não possibilidade de o governante se manter no cargo, não tendo, assim, responsabilidade no futuro pelo ônus da dívida contratada hoje, o que faz o benefício marginal de um déficit ser maior em relação à situação na qual o governante permanece no poder. A diferença consiste no estoque da dívida, pois, no modelo inicial, a variável da dívida era totalmente exógena, enquanto nesse modelo, B, depende de DI.

Generalizando, num mandato de vários períodos, à medida que nos aproximamos do último exercício, a satisfação adicional gerada pelo déficit vai aumentando e, sendo assim, os

incentivos para os governos se endividarem são maiores no final de seus mandatos e menores no início.

5.2. Dois períodos com reeleição ao término do primeiro

Neste caso, continuar-se-á a trabalhar com dois períodos. A diferença em relação ao anterior reside no fato de que os dois exercícios estudados pertencem a mandatos diferentes: o primeiro período diz respeito ao último ano do mandato governamental inicial, já o segundo, relaciona-se ao primeiro ano do mandato seguinte, admitida a hipótese de reeleição. Para essa análise, será considerado que a probabilidade de o governador ser reeleito é exógena ao modelo, sendo designada por p e [0,1] .

O índice i será tomado como indicativo do último exercício do mandato inicial, já o índice n retratará o primeiro ano do novo mandato, na hipótese de o governante ter alcançado a reeleição.

Desta forma, o problema de maximização pode ser escrito da seguinte maneira: $\max U(G_t) + pU(G_{t+1})$

r.a.

$$G_t = -re.B_t + T$$

$$G_{t+1} = D_{t+1} - re_{t+1} B_{t+1} + T$$

$$re_t = r(D_t, 1)$$

$$re_{t+1} = r(D_{t+1}, 1)$$

$$B_{t+1} = B_t +$$

De forma análoga ao subitem 5.1, o procedimento adotado foi substituir todas as restrições na função objetivo $U(G_t) + pU(G_{t+1})$ e resolver o problema de maximização. As duas condições de primeira ordem levam as relações:

21

$B_t - ar(D_t, 1) = 1 - 6.p$	$(U(G_t), U'(G_t))$	$T_t - T_{t+1} : ar(D_{t+1}, 1) - B_{t+1}$	(10)
------------------------------	---------------------	--	------

$$B_t - ar(D_t, 1) = 1$$

B_t, an_{t+1}

A condição (11) é interpretada da mesma forma que nos modelos anteriores. Contudo, na equação (10), tem-se um novo parâmetro representando a possibilidade de reeleição do governante. A tabela a seguir retrata os resultados possíveis de acordo com o valor de p.

Tabela 1

Benefício marginal do déficit em função de p

P	BENEFÍCIO MARGINAL DO DÉFICIT		REELEIÇÃO
0	1		No
0 < p < 1	1-6.p.	7 U. (G,,)\ ■ T ar T	Incerta
		1.[(G,) , ri,, • (D,—) B al' n 13II BII /	
I	1-6.	f U'(GO\ I T ai- (1,,r)	Sim
		U'(G) n , B T B , " a — ,1) Bli ')	

Os benefícios marginais na tabela devem ser multiplicados por U'(G) de forma a obter a interpretação em termos da utilidade do Estado; no entanto, suprimiu-se o termo da utilidade marginal no intuito de evitar uma notação mais complexa desnecessária.

22

Chama-se a	atenção para o	de que, como p e [0,1],a	•desigual
	fato		dade
/	N	í	
re,,	T Or (Dn, T)	1	rn T ar T é
1 6li U. (G,,) .\ U'(G,)	• B,. a(— TB"	6(U' (G,,)N. U'(G,) i	B T (D,,,—) B ,,
	B II i		B,,

sempre verdadeira, demonstrando uma diminuição do benefício marginal do déficit no primeiro mandato quando a reeleição é certa. Esse fato, como anteriormente, sugere que a permanência no poder reduz o ganho extra de um déficit fiscal, levando a concluir que, quanto maior a probabilidade de reeleição, menor é a disposição a se ter despesas superiores a receitas, pois os encargos do déficit serão suportados pelo mesmo governador responsável pela política de gastos desregrada. Reciprocamente, quanto menor a probabilidade de ser reeleito, maior será o gasto no primeiro período.

Assim, a solução do modelo corrobora a evidência empírica apresentada e testada nos capítulos anteriores.

Cabe lembrar a diferença entre esse resultado, que sugere a reeleição como uma forma de controle de gastos, e o obtido no Political Business Cycle, no qual se infere que a perpetuação do mesmo governante no poder pode causar distorções fiscais que interferem negativamente nas contas públicas.

No tópico seguinte, utilizar-se-ão alguns dados do Governo do Distrito Federal como motivação para um modelo no qual os gastos são diferenciados segundo algumas de suas características básicas.

6. Modelos de Reeleição e os Tipos de Gastos Governamentais

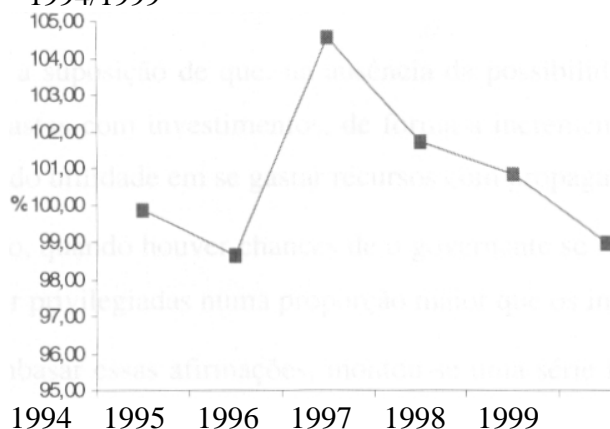
Neste capítulo, considerar-se-á a divisão dos gastos governamentais em dois tipos, os geradores de votos e os promovedores de retorno privado. Primeiramente, serão apresentadas algumas evidências empíricas sobre o Governo do Distrito Federal que servem de motivação para o desenvolvimento do modelo nos tópicos 6.2 e 6.3.

6.1. Evidências Empíricas

Sobre o aspecto dos gastos totais, o caso do Distrito Federal, gráfico abaixo, confirma o discutido no item 2.1, pois a despesa como um todo se contraiu nos três últimos anos do mandato compreendido entre 1995 e 1998, ou seja, a possibilidade de reeleição obrigou o governador a ser cauteloso na sua política fiscal.

Gráfico 3

Evolução das despesa total em termos percentuais da receita - 1994/1999 -



Ano

Fonte: Tabela 2

24

Além da informação acima, foi possível obter dados mais completos acerca das despesas do Governo do Distrito Federal (GDF), o que permitiu uma análise qualitativa dos dispêndios.

Não há dúvida de que a divulgação das boas realizações dos governos aumenta sua aceitação popular, fazendo com que o chefe do executivo se beneficie de mais votos em virtude dessa publicidade. Outras despesas que também melhoram a imagem do governante são os gastos em obras públicas, como pavimentação de rodovias, construção de escolas, de hospitais ou urbanização de novos assentamentos para a população carente. É bem verdade que tais investimentos devem vir acompanhados da respectiva propaganda de forma a espalhar os efeitos eleitorais desses gastos.

Além disso, como divulgam-se amplamente na imprensa casos em que se desvia recursos públicos de obras custeadas pelos governos, pode-se inferir que os gastos com investimentos não só têm o poder de angariar votos, mas também de gerar um retorno privado ao governante, como estabeleceu Barro (1973). Esse retorno privado pode ter origem, por exemplo, nos elevados montantes negociados em tais projetos, bem como na dificuldade de se Aditar o emprego dos recursos numa obra civil, haja vista o complexo detalhamento envolvido. Frise-se que retorno privado não está relacionado obrigatoriamente à corrupção, podendo ser entendido até como troca de favores.

Assim, é natural a suposição de que, na ausência da possibilidade de reeleição, haverá uma

priorização dos gastos com investimentos, de forma a incrementar o retorno privado do overnador, não havendo utilidade em se gastar recursos com propaganda.

Em contraposição, quando houver chances de o governante se reeleger, as despesas com publicidade deverão ser privilegiadas numa proporção maior que os investimentos.

No intuito de embasar essas afirmações, montou-se uma série histórica dos gastos com publicidade, dos gastos com investimento e da despesa e receita total no período compreendido entre 1994 e 1999, relativamente ao Distrito Federal, conforme tabelas a seguir.

25

II

Tabela 2

Valores anuais da receita e de despesas do GDF - 1994/1999 - R\$mil

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Receita Total	4.021.243	4.607.502	4.735.816	5.058.848	5.125.291	4.715.964
Despesa Total	4.015.110	4.546.049	4.951.410	5.144.826	5.167.416	4.667.326
Despesas em publicidade	11.577	7.604	13.615	19.628	23.661	36.200
Despesas em investimento	545.332	153.277	354.850	445.300	346.428	287.472

Fonte: Relatório Analítico das Contas do Governador/Tribunal de Contas do DF - 1994/1999.

Nota: Os valores estão a preços constantes de 1999, atualizados pelo IGP-DI médio de cada ano.

Novamente, procurando evitar distorções nos dados, serão trabalhados os dispêndios em termos percentuais dos ingressos de recursos. A tabela a seguir apresenta os quocientes das despesas em relação à receita total.

Tabela 3

Percentual das despesas em relação à receita total - 1994/1999 -

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Despesa Total	99,85	98,67	104,55	101,70	100,82	98,97
Despesas em publicidade	0,29	0,17	0,29	0,39	0,46	0,77
Despesas em investimento	13,56	3,33	7,49	8,80	6,76	6,10

Para se ter uma melhor visualização dos dados da tabela 3, plotou-se os pontos no gráfico a seguir.

26

Gráfico 4

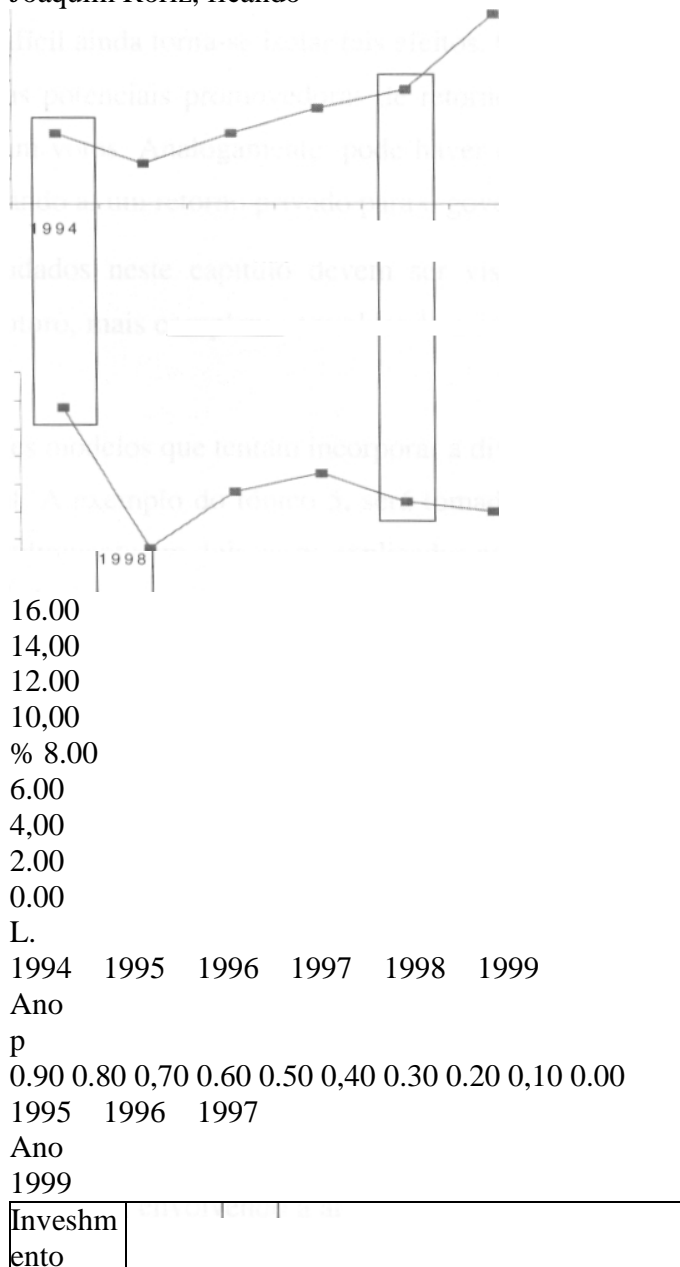
Evolução das despesas em termos percentuais da receita

- 1994/1999 -

Note que em 1994, último ano do mandato do Governador Joaquim Roriz, não havia a possibilidade de reeleição, os gastos com publicidade, geradores de votos, foram, proporcionalmente, inferiores à média dos anos seguintes. Enquanto isso, nesse mesmo ano, as despesas com investimentos (obras) que, além de geradoras de votos, também propiciam um retorno privado, estiveram num patamar hem superior ao despendido nessa

mesma rubrica nos exercícios futuros.

JA em 1998, final do mandato do Governador Cristovam Buarque, as chances de se concretizar urna reeleição existiam, tanto legalmente quanto politicamente. Analisando seus gastos, é fácil perceber que sua preferência não foi pelas despesas que geravam também retorno privado, já que os investimentos não cresceram tanto, tendo até verificado uma queda no exercício de 1998. No entanto, os gastos com publicidade foram os mais altos de todo o mandato. É interessante notar que, em 1999, voltou ao governo o Sr. Joaquim Roriz, ficando



Neste momento, cabe uma consideração quanto à distinção dos gastos. É praticamente impossível mensurar o efeito gerador de votos e o efeito promovedor de retorno privado de um determinado dispêndio, mais difícil ainda torna-se isolar tais efeitos. Como viu-se, as despesas com investimento, consideradas potenciais promovedoras de retorno pessoal ao governante, também são despesas que geram votos. Analogamente, pode haver corrupção na contratação de agências de propaganda, criando aí um retorno privado para o governo. Assim, os modelos estudados neste capítulo devem ser vistos como uma primeira aproximação para um estudo futuro, mais complexo, envolvendo a análise dos diferentes tipos, de gastos.

Apresenta-se a seguir esses modelos que tentam incorporar a divisão dos gastos retratada para o caso do Distrito Federal. A exemplo do tópico 5, será tomado por base o "descrito no capítulo 3. Dividiu-se o desenvolvimento em dois casos explicados nas seções seguintes.

6.2. Um único período com retorno privado

As chances de uma reeleição bem sucedida dependem efetivamente do tipo dos gastos promovidos pelo governo no seu mandato atual. Gastos que detêm a finalidade exclusiva de angariar votos junto à sociedade. Por outro lado, usando a idéia de Barro (1973), o governante, enquanto no poder, tentará extrair para si um retorno privado que poderia ser visto como, por exemplo, um percentual dos gastos com determinados projetos.

Sendo assim, pode-se idealizar um modelo em que os gastos públicos se dividem em apenas duas categorias: despesas que geram votos (G_v) e despesas que geram retorno privado ao governador (G_p), assim:

$$G_i = G_{iv} + G_{ip}$$

A utilidade do governo, ou governante, $U(G_i)$, passa a ser acrescida de um valor extra que é função das despesas que geram retorno privado, sendo representado por $f(G_{ip})$. Esse

28

aumento da utilidade pode ser interpretado como favorecimentos em proveito da elite do Poder Executivo.

Inicialmente, será trabalhado um problema restrito a apenas um período (i), deixando de lado, em princípio, a idéia de reeleição. Desta maneira, o problema de maximização do governante será:

Max $U(G_i) + f(G_{ip})$	
I. a.	
$G_i = D_i - T_i$	(12)
$D_i = r_{i-1} + r(D_{i-1})$	(13)
B_i	
G_i	(14)

Como os gastos que geram retorno privado fornecem uma satisfação extra, pode-se inferir que, nesse modelo de apenas um período, toda a despesa será formada por apenas esses tipos de gastos, ou seja, $G_i = G_{ip}$ e $G_v = 0$.

Considerando a hipótese acima, bem como substituindo as restrições na função objetivo, o problema de maximização é equivalente a:

$$\max_{G_i} U(G_i) + f(G_{ip}) - \lambda_1 [r(D_{i-1}) - D_i + T_i] - \lambda_2 [r(D_{i-1}) - D_i + T_i]$$

B.I.



A condição de primeira ordem fornece a seguinte relação:

$$\frac{\partial}{\partial G_i} [U(G_i) + f(G_{ip}) - \lambda_1 (r(D_{i-1}) - D_i + T_i) - \lambda_2 (r(D_{i-1}) - D_i + T_i)] = 0$$

	$-D - (D -)$		
		$= 0$	
		$\ll = \gg$	

Como $a(u + ,f) > 0$, a condição acima se resume a:

aGi

ar

$A 1 - (Loi, T IT) = I$

MaxU

29

Tal condição é análoga A atingida na maximização da função de bem-estar do estado, considerando a permanência do governante no poder por apenas um exercício. A diferença deste caso reside no fato de o governador ter incentivos para apenas realizar despesas que i2erem retorno privado.

No entanto, o que acontecerá num modelo de dois mandatos, em que o governo, além do retorno privado, tem que estar atento também a possibilidade de reeleição?

6.3. Dois períodos com retorno privado e reeleição

Neste momento, os gastos serão trabalhados em dois períodos: o primeiro referente ao último ano do mandato governamental inicial (GO e o segundo relacionado ao primeiro ano do novo mandato (Ga). Como no caso anterior, as despesas públicas se dividem em apenas duas categorias: as que geram votos e as que geram retorno privado. Sendo assim,

$Giv + Gip$

$Gn = Gnx Gnp$

Analogamente, a utilidade do governo, ou governante, $U(G;)$, passa a ser acrescida de um valor extra que é função das despesas que geram retorno privado, sendo que esses acréscimos para o mandato inicial e para o novo mandato podem ser representados, respectivamente, por $f(G1)$ e $f(G,,a)$.

A probabilidade p de a reeleição ser bem sucedida é endógena ao modelo, sendo função crescente dos gastos do mandato inicial que geram votos, ou seja, $p(G ,.)$. Desta forma, o novo modelo de maximização do governo pode ser escrito da seguinte maneira:

Max $U(G;)+ f(G ,)+ 61P(Gi1.)J[u(G,,)± (G)1$

r.a.

$G; = D. - re;B; +T (15)$

$re; = r,, + r(D; ,T I B;)(16)$

30

$=Gi -G.,$	(17)
$G,, = D,, - re,,B,, +T$	(18)
$= r(D,,T I B,,)$	(19)
$=G,,,+G,,i, = G,, -G,,,$	(20)
$B,, = B. + Di$	(21)

Torna-se dispensável resolver a maximização para Gip , pois já estamos achando os valores ótimos de Di e Giv . Analogamente, pode-se dispensar também a solução do problema em $Gil,$. Com relação ao gasto $Gns,,$, podemos considerá-lo nulo, pois trata-se do segundo período, exercício em que o governante despenderá recursos somente com projetos que gerem retorno privado, como visto anteriormente.

Substituindo as restrições (15), (17), (18) e (20) na função objetivo, esta passa a ter a

seguinte forma:

Max $U(D_i - r_i A + T) + \beta f(D_i - r_i T - G_i) + 0.0, .G_i,$
 $+ \alpha [p(G_i)] U(D_i - r_i B_i + T) + (D_i, t_i, B_i, + T)$ Por fim, usando as restrições (16), (19) e (21),
 tem-se:

$$\begin{aligned} & \left(\frac{\partial}{\partial D_i} \right) \left(\frac{\partial}{\partial T} \right) \\ & \text{Max } U - r_i - \lambda_i (D_i - T) - \mu_i (D_i - T) - \nu_i (D_i - T) \\ & \beta [p(G_i)] \end{aligned}$$

$\beta [p(G_i)]$	$\left(\frac{\partial}{\partial D_i} \right) \left(\frac{\partial}{\partial T} \right)$ $D_i - r_i B_i - \lambda_i (D_i - T) - \mu_i (D_i - T) - \nu_i (D_i - T) + T +$ $B_i + B_i + D_i$

$$\begin{aligned} & \left(\frac{\partial}{\partial D_i} \right) \left(\frac{\partial}{\partial T} \right) \\ & D_i - r_i D_i - r_i (D_i,) B_i r_i (D_i) D_i + T \\ & + D_i B_i + D_i \\ & \lambda_i \end{aligned}$$

Do problema de maximização acima, as condições de primeira ordem fornecem as relações a seguir

$$\begin{aligned} & \beta [p(G_i)] \lambda_i + f'(G_i) + \lambda_i \\ & T \text{ ar} \\ & r_i, (D_i,) \\ & B_i B_i \\ & B_i, a - \\ & B_i, \\ & (22) \\ & (D_i - T) = 1 - \alpha D_i B_i, \\ & \lambda_i (G_i) (G_i,) \\ & \text{ar } (D_i - T) = 1 \\ & \alpha D_i, n B_i, \end{aligned}$$

$$\bullet \quad - (G_i) + (5P' (G_i) (G_i, + f'(G_i) - 8P(G_i) \lambda_i) (G_i,)) = 0$$

No caso da equação (22), além da sensibilidade de U com relação aos gastos totais, também importa a sensibilidade de f com relação aos gastos que geram retorno privado.

Note que a mesma análise realizada no item 5.1 cabe também para a condição (22), merecendo novamente a inferência: o benefício marginal de uma política fiscal deficitária é mais baixo quando se leva em consideração a permanência do mesmo governo no - mandato ,cgitante, sugerindo que a melhor estratégia para o governante é manter a cautela em relação aos gastos no primeiro período, caso opte por ser novamente candidato e tenha chances de vencer.

Em comparação com o modelo constante do item 6.2, é importante assinalar que o governante não pode mais escolher somente despesas que gerem retorno privado, pois isso

• inviabilizaria a reeleição ($p = 0$). Há que haver um trade-off entre a satisfação gerada pelo retorno privado do mandato atual e a perspectiva de utilidade advinda de um novo mandato.

Tal perspectiva terá mais ou menos chances de se consumir dependendo do montante de gastos geradores de votos.

Assim, quanto mais sensível for a função p em relação aos gastos G_k , mais incentivos terá o governante a gastar em projetos que gerem votos relativamente a projetos que gerem retorno privado.

Reciprocamente, quanto mais sensível for f a Gip , mais incentivos terá o governante a gastar em projetos que geram retorno privado. Uma possível interpretação para esse resultado

32

:ciac-se40lurxOtoottmemo 6.as -vcrAmils..bos, co.tivtoe, -pkitN\NC.04.;..

..■Yati\C>"S-S\C*S'

ttciontireni essas instituições, mais difícil será para o governante obter retorno privado, logo

AO atraente será investir nesses projetos em comparação com os projetos que geram votos. Com o estudo levado a efeito neste capítulo e no anterior, por meio dos quatro casos apresentados, espera-se ter abarcado as relações entre os dispêndios governamentais e o fato de haver ou não a permanência do mesmo governante no poder. No próximo tópico, serão ■ apresentadas as conclusões da dissertação.

Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios.

33

7. Conclusão

Esta dissertação teve por base a construção de um modelo para analisar a relação entre a possibilidade de um governante manter-se no cargo e sua política fiscal.

Os resultados encontrados, tanto teóricos quanto econométricos, sugerem que a existência da reeleição na legislação eleitoral incentiva os governos estaduais a não contraírem empréstimos exacerbados no primeiro mandato, já que há chances de o próprio governante que promoveu o endividamento ter que arcar com o ônus dos empréstimos, o que diminuiria a receita pública disponível no futuro. Na mesma linha de raciocínio, o estudo mostrou que, quanto maiores forem as chances de o governador se perpetuar no cargo, por meio de outros mandatos, mais cautela ele terá com rein-do aos déficits estaduais.

Desta forma, o modelo indica que o instituto da reeleição vem revelar urna maneira de se promover um melhor controle de gastos, evitando a aplicação de recursos públicos em despesas que não sejam prioridade da população, bem como exigindo dos governantes uma maior responsabilidade fiscal, o que os leva a gerir o erário com mais eficiência.

O atual debate acerca da reeleição evidencia forte tendência para sua extinção. Essa tendência consolida-se por meio da Proposta de Emenda à Constituição — PEC nº 03/99, de autoria do Deputado Paulo Octávio, que tramita no Congresso Nacional e tem como objetivo por fim à reeleição. De fato, argumenta-se que a possibilidade de o governador continuar no cargo introduziu um fator de desigualdade nas disputas eleitorais, haja vista a dificuldade de se impedir o uso dos instrumentos públicos para a promoção de votos ao atual governante.

Em oposição a essa tendência, o presente trabalho não aponta para o fim da reeleição como ulna boa solução para o problema, pois estar-se-ia extinguindo também as externalidades positivas que esse instituto promove no controle dos gastos governamentais. Em vez de extinguir a reeleição, entende-se que existem melhores alternativas como a aprovação de uma legislação eleitoral mais forte que coibisse por completo o uso da "máquina administrativa" em proveito próprio, juntamente com uma fiscalização eficiente por parte da Justiça Eleitoral e uma apenação eficaz, de forma a desestimular efetivamente o governante de se promover As custas de recursos públicos. Outra alternativa seria mudar a legislação de maneira a exigir do governante que se afastasse de suas funções alguns meses antes do pleito,

34

caso optasse por se candidatar novamente. Essa conclusão vem a ser a maior contribuição

deste trabalho.

A questão suscitada sobre a divisão das despesas em gastos que geram votos ou que geram retorno privado abre urn Area de pesquisa bastante fértil, pois é de suma importância entender as categorias dos dispêndios públicos e seus efeitos nas estratégias dos governantes, haja vista a necessidade de se incentivar o Poder Executivo a realizar os anseios do eleitorado, mantendo urna política fiscal regrada.

Um possível extensão empírica para este estudo consiste em se testar as hipóteses defendidas com dados fiscais dos estados em 1998, ano em que ocorreu o primeiro pleito com possibilidade de haver reeleição. Além disso, pode-se também trabalhar com dados municipais, o que aumentaria muito os graus de liberdade do estudo econométrico.

Outra extensão do presente trabalho, desta vez teórica, resume-se na construção de um modelo de teoria dos jogos, no qual as preferências dos eleitores são consideradas explicitamente e o comportamento do governante é resultado de um Equilíbrio de Nash entre seus anseios próprios e os de seu eleitorado.

O atual nível de conscientização da sociedade elevou os eleitores de um patamar no qual se limitavam a aceitar a administração dos governantes para um estágio de co-participação, na medida em que mais e mais pessoas estudam e compreendem as contas públicas e, a partir daí, exigem um comportamento efetivo dos políticos para reelegê-los. Uma dessas exigências da população recai sobre a política fiscal, pois torna-se cada vez mais evidente que desequilíbrios nas despesas governamentais têm repercussão na sociedade como um todo. Foi com o objetivo de dar sustentação teórica a esta nova forma de controle do déficit público — a reeleição — que este trabalho foi elaborado.

35

Anexo A - Informações Fiscais dos Estados

Estados	Despesa Orçamentária 1994	Receita Orçamentária 1994	Divida Consolidada Liquida (estoque)	Reeleição
Acre AC	418.207	312.166	479.269	não
Amapá AP	587.021	465.211	181.446	não
Amazonas AM	1.091.559	1.022.436	1.017.879	não
Pará PA	1.264.839	1.278.419	593.627	não
Rondônia RO	490.764	433.570	163.952	não
Roraima RR	253.338	213.324	68.933	sim
Tocantins TO	569.140	424.351	221.670	não
Alagoas AL	601.501	561.286	654.922	não
Bahia BA	3.434.440	3.126.366	3.324.960	sim
Ceará CE	1.695.645	1.731.798	1.299.933	sim
Maranhão MA	1.024.645	948.309	1.787.325	sim
Paraíba PB	817.866	713.235	1.610.106	sim
Pernambuco PE	1.834.983	1.885.513	1.087.467	não
Piauí PI	655.903	561.250	1.075.999	nao
Rio Grande do Norte RN	780.615	610.501	665.218	não
Sergipe SE	758.752	718.532	480.265	não
Espirito Santo ES	207.462	1.931.181	615.992	não
Minas Gerais MG	9.931.272	8.428.327	8.257.151	não

Rio de Janeiro FLJ	8.290.349	6.728.164	8.894.951	não
Silk) Paulo SP	28.301.184	27.510.458	16.358.915	não
Paraná PR	3.301.612	3.273.789	1.489.376	não
Rio Grande do Sul AS	6.534.336	6.011.757	5.474.918	não
Santa Catarina SC	2.745.256	2.448.293	2.259.820	não
Distrito Federal DF	2.900.666	2.905.804	503.649	não
Golds GO	1.897.726	1.728.152	3.525.753	sim
Mato Grosso MT	1.592.268	1.369.931	1.821.513	não
Mato Grosso do Sul MS	946.763_	837.538	1.363.160	não

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Coordenação Geral de Análise e Estatísticas Fiscais de Estados e Municípios Nota: Valores a preços de dezembro de 1995, expressos em reais.

36

Inno B - Reeleição nos Estados

Estados	Período		Reeleição (dummy)
	1991/1994	1995/1998	
	Edmundo Pinto - PDS	Oleir Messias Cameli - PPR (PP)	0
Amapa	Annibal Barcellos - PFL (PRN-PL-PDS)	João Capiberibe - PSB (PDT-PT-PV-	0
- Amazonas	Gilberto Mestrinho - PMDB (PDC-PFL- PTR-PL-PCN)	Amazozino Mendes - PPR (PFL-PTB-PP- PDT)	0
	PCdoB)		
Para	Jáder Barbalho - PMDB (PST-PTR-PDC)	Almir Gabriel - PSDB (PDT-PTB-PCB- PPS-PFL-PSB)	0
Floodônia	Oswaldo Piana - PTR (PSC-PRP)	Valdir Raupp de Matos - PMDB (PSB- PSDB)	0
Poraima	Ottomar Pinto - PTB (PDC)	Neudo Campos - PTB (PSC-PRN)	1
rocantins	Moisés Avelino - PMDB (PDT-PSDB-PRN- PCdoB)	Siqueira Campos - PPR (PTB-PFL-PMN- PP-PV)	0
.Afagoas	Geraldo Bulhões - PSC (PFL-PMDB-PDT- PTdoB-PMN-PTB-PSDB)	Divaldo Suruagy - PMDB (PSDB-PTB-PL- PCdoB-PSD)	0
Ahia	Antônio Carlos Magalhães - PFL (PDS- PTB-PDC-PL-PST)	Paulo Souto - PFL (PTB-PSC-PL)	1
Ceara	Ciro Gomes - PSDB (PDT-PDC)	Tasso Jereissati - PSDB (PDT-PTB)	1
Maranhao	Edison Lobão - PFL (PTB-PSC)	Roseana Sarney - PFL (PMDB-PSC-PP)	1
Paraiba	Ronaldo da Cunha Lima - PMDB (PST- PSDB)	Antônio Mariz - PMDB (PSC-PPS-PP- PSD-PRP-PSDB)	1
Pernambuco	Joaquim Francisco - PFL (PRN-PTdoB- PDS-PSD-PTR-PSN)	Miguel Arraes - PSB (PDT-PT-PPS-PMN- PV-PCdoB)	0
Piaui	Antônio Freitas Neto - PFL (PDS-PTB- PSC)	Francisco de Assis de Moraes Sousa - PMDB (PPS-PMN-PSDB-PCdoB)	0
Rio Grande do	José Agripino Maia - PDS (PFL-	Garibaldi Alves Filho - PMDB	0

Norte	PL-PDC- PSDB)	(PSDB- PPR)	
Sergipe	João Alves Filho - PMDB (PDS-PDC-PL- PFL-PCN-PMN-PRN-PRP-PSDB)	Jackson Barreto - PDT (PT-PSB-PCdoB- PP-PMN)	0
Espirito Santo	Albuino Azeredo - PDT (PTB-PCdoB)	Vitor Buaiz - PT (PSB-PCdoB)	0
Minas Gerais	Hélio Garcia - PRS (PTB-PL)	Eduardo Azeredo - PSDB (PTB-PL)	0
Rio de Janeiro	Leonel Brizola - PDT (PCB-PCdoB)	Marcello Alencar - PSDB (PFL-PL-PP)	0
São Paulo	Luiz Antonio Fleury Filho - PMDB (PFL- PL)	Mario Covas - PSDB (PFL)	0
Parana	Roberto Requião - PMDB (PMN-PTdoB)	Jaime Lerner - PDT (PV-PSDB-PFL- PTB)	0
Rio Grande do Sul	Alceu Collares - PDT (PSDB-PCdoB)	Antônio Britto - PMDB (PL-PSDB)	0
Santa Catarina	Vilson Kleinubing - PFL (PDS-PTB-PDC- PSC-PL)	Paulo Afonso Vieira - PMDB (PTRB-PMN- PSD-PV-PRP)	0
Distrito Federal	Joaquim Roriz - PTR (PRN-PST-PFL- PTB)	Cristovam Buarque - PT (PSTU-PPS-PSB- PCdoB)	0
Goiás	Iris Resende - PMDB (PL-PCB-PTR)	Maguito Vilela - PMDB (PL-PRN-PRP)	1
Mato Grosso	Jaime Campos - PFL (PTB-PDS-PL-PTR)	Dante de Oliveira - PDT (PT-PMDB- PSDB-PSC-PMN-PCdoB-PPS-PSB-PV)	0
Mato Grosso do Sul	Pedro Pedrossian - PTB (PRN-PDS-PL- PSD)	Wilson Martins - PMDB (PL-PSB-PSD- PV-PSDB-PCdoB)	0

Fonte: "Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996)"

37

Referencias Bibliográficas

BARRO, R. 1973. "The control of politicians: an economic model". Public Choice, 14:19-42.

BRASIL. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados.

BRASIL. 1996. Execução Orçamentária dos Estados e Municípios das Capitais — 1986/1995. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

DAVIDSON e MACKINNON. 1993. Estimation and Inference in Econometrics. New York: Oxford University Press.

FEREJOHN, J. 1986. "Incumbent performance and electoral control". Public Choice, 50:5-26. FIORINA, M. P. 1996. Divided Government. Boston: Allyn and Bacon.

GUJARATI, D. 1995. Basic Econometrics. London: McGraw Hill.

NICOLAU, J. M. 1998. Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996). Rio de Janeiro: IUPERJ-UCAM/Editora Revan.

OATES, W. E. 1999. "An Essay on Fiscal Federalism". Journal of Economic Literature, 38:1120-1149.

PIRES, H. A. A. e BUGARIN, M. S. 2000. "Metas de Déficits: Uma aplicação da Teoria de Desenhos de Mecanismos ao Controle do Endividamento dos Estados". Finanças

Públicas: IV Prêmio Tesouro Nacional, 4:13-55.

ROGOFF, K. 1995. "Equilibrium Political Budget Cycles". *Monetary and Fiscal Policy*, 2:47- 70. Cambridge: The MIT Press.

WERNECK, R. L. F. 1995. "Federalismo Fiscal e a Política de Estabilização no Brasil" *Revista Brasileira de Economia* Abri//lanho 1995, 49(2):375-390.

ZUPAN, M. A. 1991. "An economic explanation for the existence and nature of politic; ticket splitting". *Journal of Law and Economics*, 34: 343-369.